

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ LIMA MENEGAT

O IMPACTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE OS
RESULTADOS EDUCACIONAIS: O CASO DO BRASIL E CHILE

CURITIBA

2015

BEATRIZ LIMA MENEGAT

O IMPACTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE OS
RESULTADOS EDUCACIONAIS: O CASO DO BRASIL E CHILE

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito à
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles
Guimarães

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

BEATRIZ LIMA MENEGAT

O IMPACTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE OS RESULTADOS EDUCACIONAIS: O CASO DO BRASIL E CHILE

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães
 Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Carolina Bagattolli
Departamento de Economia, UFPR

Profa. Mestra Dayane Rocha de Pauli
Departamento de Economia UFPR

Curitiba, 30 de novembro de 2015.

*Dedico esse trabalho aos meus pais que
sempre acreditaram em mim e me apoiaram
na decisão de escolher cursar Economia há
seis anos atrás.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Setembrino, por toda a base e apoio que me deu para que eu chegasse até aqui.

Aos meus irmãos, Maninho e Manão, por me apoiarem nas minhas escolhas, me aconselharem e me ensinarem tantas vezes.

Em especial eu agradeço à minha mãe, Anajá, que diante de todas as dificuldades e limitações dela, foi a pessoa mais importante para que eu conquistasse todos os meus objetivos nessa trajetória e também por me fazer perceber que não há barreiras que não possam ser superadas quando se tem força de vontade. Pois eu pensei em desistir muitas vezes, mas por ela encontrei forças para seguir em frente.

Ao meu namorado, Antônio, por me acompanhar nessa reta final, me incentivar e acreditar no meu potencial.

Aos professores que contribuíram para minha formação. Em especial à minha orientadora, Raquel Guimarães, por toda dedicação, paciência e compreensão durante a construção desse trabalho e também pela profissional que mostrou ser.

Acima de tudo, agradeço a Deus por me conduzir até aqui, por me dar forças nas horas mais difíceis, por me dar saúde e por me colocar no caminho de todas essas pessoas maravilhosas que me ampararam nessa caminhada.

RESUMO

Os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTC) têm recebido bastante atenção no mundo como uma política pública para a promoção do desenvolvimento. A partir deste interesse, várias iniciativas de avaliação surgiram no mundo, e pesquisadores buscaram avaliar os impactos dessas políticas sobre os indicadores de resultado. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão sistemática da literatura para identificar o impacto dos PTC do Brasil (Bolsa Família) e Chile (*Chile Solidario*) sobre indicadores educacionais da população beneficiária. Para tanto, estudou-se as características e singularidades de cada programa e, em seguida, revisou-se a literatura pertinente, seguindo-se um protocolo de revisão sistemática. Os resultados revelam que há diferenciais entre os países no impacto dos programas sobre indicadores educacionais: para o Bolsa Família, a literatura mostra, embora com alguma variabilidade, que há impactos positivos do programa sobre a frequência escolar e a redução das taxas de evasão. Todavia, os resultados para o *Chile Solidario* mostraram-se inconclusivos quanto ao impacto do programa sobre os mesmos indicadores. Desta maneira, conclui-se que mais estudos são necessários para que se verifique de forma inequívoca o resultado dos programas.

Palavras-chave: Bolsa Família; Chile Solidario; educação.

ABSTRACT

Conditional Cash Transfer programs (CCT) have received great attention in the world as a public policy to promote development. Starting from this large interest, many evaluation initiatives were conducted to assess the impact of these policies on outcomes. Therefore, the aim of this study is to conduct a systematic review of the current literature to identify the impact of Brazil and Chile's CCTs on educational outcomes of the target population. To achieve this goal, I studied the features and uniqueness of each program. Next, I reviewed the critical literature, following a systematic review protocol. Results show that there are differences between the countries in regards to the impact of CCT on educational outcomes: for Brazil's CCT, literature reveals, although with a degree of uncertainty, that there were positive impacts of the program on school attendance and decrease in dropout rates. However. Results for Chile's CCT were inconclusive. Thus, I conclude that it is of most importance to conduct more studies in order to identify the actual impact of these programs.

Keywords: *Bolsa Família; Chile Solidario; education.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	JUSTIFICATIVA.....	14
1.2	OBJETIVO.....	15
2	LITERATURA.....	16
2.1	MARCO CONCEITUAL: OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA E O CAPITAL HUMANO	16
2.2	OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E CHILE: O BOLSA FAMÍLIA E O <i>CHILE SOLIDARIO</i>	18
2.2.1	O Programa Bolsa Família do Brasil.....	18
2.2.2	O Programa <i>Chile Solidario</i>	20
3	METODOLOGIA.....	23
4	RESULTADOS	26
4.1	SÍNTESE DA LITERATURA PARA O BRASIL	26
4.2	SÍNTESE DA LITERATURA PARA CHILE	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Uma preocupação comum da maioria dos governantes no mundo é o combate à pobreza e o aumento dos níveis de educação de suas populações. Para Ribeiro e Cacciamali (2012), teóricos do capital humano defendem a ideia de que a pobreza é reflexo de níveis baixos de capital humano, ou seja, indivíduos que se encaixam neste cenário estão fadados a produzirem menos e, conseqüentemente, terem seus retornos reduzidos. Além disso, uma das principais consequências da pobreza é a desigualdade entre as classes sociais e, segundo Gonçalves *et al.* (2013), uma das possíveis formas de diminuição da pobreza exige uma troca intertemporal relacionada à educação das crianças. Acredita-se que a educação aumente a produtividade e gere riqueza, fortaleça o capital social e amplie as oportunidades de trabalho – diminuindo assim o grau de desigualdade social.

Com o intuito de reduzir a pobreza e elevar os níveis de capital humano, intervenções que têm se mostrado relevantes no cenário mundial são os programas de transferências de renda condicionados (PTC). Janvry e Sadoulet (2005) definem o objetivo dos PTC através de duas ideias principais: 1) combater a pobreza corrente de maneira direta (por meio da concessão de renda); 2) combater a pobreza futura através do aumento do capital humano das crianças, o que causaria a quebra do “ciclo” da pobreza “herdada” das gerações anteriores.

Se o objetivo maior destes programas fosse somente a redução da pobreza, não haveria necessidade de criação de condicionalidades. A discussão se concentraria, então, nos aspectos relativos ao tamanho dessa transferência e no melhor público-alvo para gerar impactos positivos com a política. Entretanto, se o objetivo dos programas compreende também a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, seria necessário pensar também em estratégias de investimento em capital humano das crianças oriundas dessas famílias. Desta maneira, têm-se a motivação central dos PTC: não seria somente resolver o problema imediato do acesso às necessidades básicas por parte de uma camada mais vulnerável dos cidadãos, mas também criar condições de emancipação dos mesmos (JANVRY; SADOULET, 2005 *apud* AMARAL, 2013, p.533).

Das experiências mundiais, dentre as principais condicionalidades impostas pelos PTC, se destacam exigências de frequência escolar e o cumprimento de requisitos de saúde. Isso se justifica, pois, para as famílias pobres, o custo de manter as crianças na escola e de cumprir medidas de saúde preventivas e curativas é elevado, o que gera um baixo investimento em capital humano das mesmas. Desta maneira, espera-se que as condicionalidades atuem minimizando essas restrições, propiciando que os jovens tenham um maior investimento em capital humano e, por conseguinte, que estejam mais qualificados para ingressar no mercado de trabalho no futuro, rompendo com o ciclo da pobreza em suas famílias. Da mesma forma, o investimento em saúde visa garantir melhores condições de vida às crianças nascidas em famílias pobres, evitando a incidência de doenças relacionadas às precárias condições de vida, mediante o cumprimento do calendário de vacinação e visitas regulares aos centros de saúde.

Na América Latina, em 2015, dezoito países apresentavam programas de transferência de renda condicionados. O país pioneiro na implementação de programas de transferência de renda na América Latina foi a Venezuela que, em 1989, criou o Programa *Beca Alimentaria*. Em seguida, novas iniciativas surgiram: em 1990, o Programa de *Auxílio à Família (PRAF)*, em Honduras; em 1997, o Programa de Educação, Saúde e Alimentação *Progres*a, no México e; em 1998, o *Bono Solidario* do Equador (STEIN, 2008). Especificamente no caso do México, foi criado em 2001 o Programa *Progres*a, que teve posteriormente seu nome alterado para *Oportunidades*. Inicialmente, esse programa se direcionou apenas para as áreas rurais, e depois houve sua expansão para a pobreza extrema das áreas urbanas, juntamente com a ampliação dos subsídios de educação para atender as crianças no nível educacional secundário (MAGRO; REIS; 2011). O PTC mexicano tornou-se o “modelo de ouro” dentre os PTC na América Latina. Além destes, outros quinze países localizados na América Latina também possuíam em 2015 um programa de transferência de renda: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Peru, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai.

Dentre as várias iniciativas na América Latina, os casos dos PTC do Brasil e do Chile merecem destaque. No Brasil, o programa Bolsa Família foi criado em 2003 através da unificação de outros programas já existentes – programas Bolsa Escola,

Bolsa Alimentação, Programa Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação – de forma a combater extrema pobreza e a pobreza (CARVALHO; FONTES, 2012). No Chile, o Programa *Chile Solidario* foi criado em 2002 como uma estratégia do governo destinada a superar a pobreza (CHILE SOLIDARIO; 2015). Apesar de contemporâneos, os dois programas apresentam singularidades em seu desenho e implementação, que podem, por exemplo ser exploradas para verificar se existe um modelo com maior efetividade.

Em termos da cobertura dos PTC nos dois países, há uma heterogeneidade marcante. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) revelam que o programa Bolsa Família abrangia em 2015 em torno de 14 milhões de famílias, quando o total de famílias pobres neste período é de 53,9 milhões (IPEA, 2015), ou seja, do total de famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, o programa Bolsa Família atende cerca de 26% delas. Enquanto que o programa *Chile Solidario* abrangia aproximadamente 225 mil famílias (CHILE SOLIDARIO, 2015). Desta maneira, têm-se dois programas com diferentes graus de cobertura. Outro fato que faz com que a análise do caso dos dois países seja importante diz respeito ao nível de desenvolvimento dos países, que se reflete nas necessidades de políticas públicas e no desenho das políticas. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano do Chile (44º no ranking mundial) é consideravelmente melhor que do Brasil (75º no ranking mundial) (PNUD, 2015).

Por outro lado, esses países possuem similaridades que tornam a demanda por políticas públicas marcante. Considerando-se a desigualdade de renda, evidências revelam que, no Brasil, a população 1% mais rica detêm 14% do total da renda (MEDEIROS, 2005 *apud* AMARAL; MONTEIRO, 2013); em 2006, no Chile, 5% da população mais rica tinha 209 vezes mais renda que os 5% dos mais pobres, isso porque enquanto a renda dos mais ricos crescia em 62%, a dos mais pobres crescia apenas 1%, no mesmo período (PUNTO FINAL, 2010).

1.1 JUSTIFICATIVA

Formuladores de políticas públicas convivem com o dilema entre investir em programas de transferência de renda ou investir em outras políticas sociais (como

construção de escolas, centros de saúde, estradas). Isso se dá a partir das incertezas a respeito dos melhores retornos obtidos através de tais investimentos, considerando-se que os recursos disponíveis aos governos destinados aos gastos sociais são escassos. Desta forma, como a política de programas de transferência de renda tem sido muito utilizada em diversos países em que o cenário da pobreza é uma realidade, faz sentido entender se de fato ela melhora os indicadores aos quais se propõe.

1.2 OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é sintetizar a evidência empírica sobre o impacto dos programas de transferência de renda condicionada no Brasil e Chile, com foco no desempenho destes programas sobre indicadores educacionais. Esta análise será feita com base em uma revisão sistemática de artigos e pesquisas realizadas num período de 10 anos, considerando que ambos os programas de transferência de renda foram criados no início dos anos 2000. A partir desta síntese, pretende-se evidenciar se os programas Bolsa Família e *Chile Solidario* tiveram impactos positivos, negativos ou neutros sobre os resultados educacionais da população beneficiária.

O plano deste estudo é dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução: o segundo capítulo é dividido em duas sessões, em que, na primeira, é feita uma análise dos argumentos econômicos que perpassam os Programas de Transferência de Renda Condicionada. Na segunda seção os PTC do Brasil e do Chile são analisados em termos da evolução histórica, características, elegibilidade e população atendida. O terceiro capítulo aborda a metodologia para a revisão sistemática da literatura. O quarto capítulo apresenta os resultados obtidos e, por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais do trabalho e uma agenda futura de pesquisa.

2 LITERATURA

2.1 MARCO CONCEITUAL: OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA E O CAPITAL HUMANO

Conforme mencionado anteriormente, os PTC, por definição, são direcionados à população pobre e realizados mediante o cumprimento de determinadas condicionalidades pelos domicílios beneficiários. De uma maneira geral, as condicionalidades se referem a uma utilização mínima de serviços de saúde – crianças devem ir ao posto de saúde regularmente, bem como, mulheres gestantes ou lactantes – e educação – crianças com idade escolar devem estar matriculadas na escola e atingir um percentual mínimo exigido de frequência (SAAVEDRA; GARCIA, 2012).

Do ponto de vista econômico, há pelo menos três tipos de argumentos na literatura que justificam a adoção destes programas como mecanismo de redução da pobreza corrente e futura: argumentos microeconômicos, de economia política e de eficiência social (FISZBEIN *et al.*, 2009). O primeiro argumento, que foca na microeconomia, justifica a necessidade de se condicionar os benefícios devido a três imperfeições de mercado: a) a *informação imperfeita*, que ocorre porque as famílias pobres têm dificuldades para processar a informação e serem convencidas dos benefícios futuros da melhoria da saúde e no nível de escolaridade. Outro fator relacionado a problemas de informação refere-se à crença errônea, por parte dos pobres, de que a escolarização formal exigiria um talento natural elevado; b) a *miopia dos agentes*, que é verificada na dificuldade encontrada, pelos pobres, para enxergar que investimentos em saúde e no aumento da escolaridade trarão benefício futuro às suas famílias. Além disso, acreditam que o esforço para atingir níveis maiores de escolaridade são menos importantes do que conexões para a mobilidade social ascendente e os pais acabam por descontar o futuro das crianças além do que o proposto como ótimo para elas no futuro; c) os *conflitos de interesses intradomiciliares*, que ocorrem quando há diferentes objetivos entre os pais da criança, o que resulta num baixo investimento em capital humano das crianças. A literatura evidencia que os interesses das mães estão mais ligados aos interesses de seus

filhos. Então, em domicílios em que a mulher tem poder limitado, o poder de barganha da mãe aumenta, bem como, suas decisões de alocação de recursos em decorrência do recebimento do benefício (FISZBEIN *et al.*, 2009).

O segundo argumento favorável à adoção dos PTC é de economia política inerente às políticas sociais. Segundo essa visão, as condicionalidades são necessárias porque as decisões políticas são resultados de processos oriundos de votação, *lobbying* e negociações burocráticas. Desta maneira, as transferências de renda condicionadas possuem maior apoio político, pois o contribuinte visualiza que estes programas irão beneficiar os pobres, mas também propiciarão que eles se tornem autônomos no futuro. Desta maneira, o programa de transferência de renda se torna viável e ganha mais credibilidade (FISZBEIN *et al.*, 2009).

Finalmente, o terceiro argumento favorável aos PTC abrange questões de eficiência social. Devido à existência de externalidades no processo de acumulação de capital humano, os modelos demonstram que o investimento privado, em geral, é inferior ao nível socialmente ótimo (FISZBEIN *et al.*, 2009). Desta maneira, os PTC permitem que os investimentos em capital humano se aproximem do nível socialmente ótimo, mediante o aumento dos mesmos.

Outros autores, por sua vez, consideram que os PTC seriam inapropriados como política de desenvolvimento ou redução da pobreza. Por exemplo, alguns argumentam que, ao investir em PTC, o governo deixa de investir em infraestrutura básica, por exemplo, construção de escolas, atualização de bibliotecas e melhoria na formação dos educadores, construção de estradas e melhoria do sistema de saúde. Desta maneira, seus proponentes defendem que o crescimento econômico seria a política mais eficaz para a redução da pobreza, evitando ainda os efeitos adversos das políticas de PTC, tais como o desestímulo à oferta de trabalho pelos beneficiários em decorrência do choque de renda do mercado de trabalho e a destinação dos gastos pelas famílias a outras finalidades que não o desenvolvimento do capital humano (SAAVEDRA; GARCIA, 2012).

Contudo, a visão deste trabalho (e da maioria dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, Nações Unidas) é que os PTC apresentam uma grande relevância como mecanismo de desenvolvimento econômico. É sabido que os países em desenvolvimento encontram dificuldades em fazer com que serviços e investimentos (tais como a construção de escolas, infraestrutura) alcancem as

camadas mais pobres da população (GONÇALVES *et al.*, 2013). Além disso, os PTC atuam minimizando as falhas de mercado de crédito, quando, por exemplo, devido a pobreza, as famílias não conseguem investir em educação das crianças, impossibilitando o desenvolvimento do capital humano destas. Como consequência, os PTC melhoram a posição social e econômica das famílias pobres e melhoram a alocação do capital dentro da economia. Em outras palavras, a renda recebida dos PTC permite que as famílias concretizem projetos que antes não eram possíveis. Além disso, os PTC possibilitam preencher lacunas no mercado de seguros, que, em geral, estão fora do alcance de muitas famílias pobres, as quais apresentam rendimentos voláteis. Finalmente, há um argumento implícito de justiça social para a adoção dos PTC, já que há, no contexto dos países em desenvolvimento, um alto nível de desigualdade de oportunidades, seja por raça, gênero ou antecedentes familiares. Assim, os PTC são capazes de amenizar a ausência de oportunidades para todos (FISZBEIN *et al.*, 2009).

2.2 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E CHILE: O BOLSA FAMÍLIA E O *CHILE SOLIDARIO*

2.2.1 O Programa Bolsa Família do Brasil

Em 2003, foi implementado no Brasil o programa Bolsa Família. Segundo Carvalho e Fontes (2012) e Amaral e Monteiro (2013), o Bolsa Família possui três objetivos: (1) redução direta da pobreza, através da transferência direta de renda; (2) ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, por meio das condicionalidades, que reforça o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação (necessidade de articulação com acompanhamento familiar); e (3) programas complementares: esforço coordenado dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil para implementação de programas/políticas sociais voltadas para o desenvolvimento das famílias beneficiárias. Portanto, o programa Bolsa família tem objetivos de curto e longo prazo: no curto prazo, a importância se concentra no combate à pobreza de maneira direta e, consequentemente na melhoria imediata do bem-estar das famílias beneficiadas; no longo prazo, os objetivos compreendem o investimento em capital humano, a fim de que as famílias sejam capazes superar a pobreza.

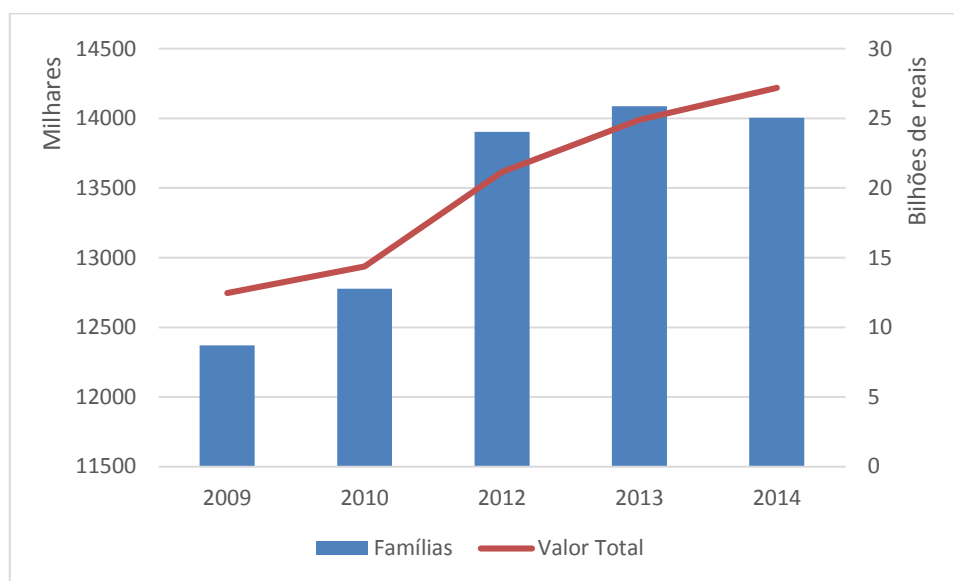
Para que as famílias sejam elegíveis ao Bolsa Família, é preciso que a renda total da família, que por sua vez, é autodeclarada pela mesma, seja analisada e conhecida a real necessidade do recebimento do auxílio. Em seguida, a renda familiar é comparada com valores de corte estabelecidos pelo governo. Em 2015, o primeiro corte considera as famílias que possuem renda até R\$ 77 mensais per capita, como *extremamente pobres*. O segundo corte considera famílias com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154 mensais per capita como *pobres*.

Para os extremamente pobres, o benefício do Bolsa Família consiste em R\$ 77 mensais, além de um acréscimo de R\$ 35 mensais a cada criança residente com idade até 15 anos (no máximo 5 crianças) e de um acréscimo de R\$ 42 mensais a cada adolescente com idade entre 16 e 17 anos (no máximo 2 adolescentes). Sendo assim, famílias em extrema pobreza podem receber um benefício de até R\$ 336 mensais, caso tenham 5 crianças de até 15 anos e 2 adolescentes entre 15 e 17 anos. Por sua vez, para as famílias pobres, somente são concedidos os benefícios variáveis, ou seja, aqueles que dependem da presença de crianças ou adolescentes na família, e elas recebem até R\$ 259 mensais (MDS, 2015).

Quanto as condicionalidades impostas pelo programa Bolsa família às famílias beneficiadas¹, têm-se: a realização de pré-natal e acompanhamento da saúde da mãe e do bebê (na presença de gestante); o cumprimento do calendário de vacinação para as crianças com até 7 anos de idade; a matrícula e frequência escolar mínima de 85% para as crianças de 6 a 15 anos, assim como os adolescentes de 16 e 17 anos com frequência mínima de 75%. Desta maneira, espera-se que o programa resulte em melhores indicadores de educação e saúde pela população pobre (GONÇALVES *et al.*, 2013). O GRÁFICO 1, apresenta a evolução do número de famílias atendidas e o valor total das transferências do Programa Bolsa Família entre 2009 e 2014. No qual é apresentado claramente que houve uma expansão contínua do programa, tanto do número de famílias beneficiárias quando do valor total destinado aos benefícios.

¹ As condicionalidades se aplicam somente às famílias que possuem crianças e/ou adolescentes. Contudo, o programa Bolsa Família beneficia também famílias de baixa renda que não possuem nenhum filho. Mas estes recebem apenas o valor do benefício básico de R\$ 77, em 2015.

GRÁFICO 1 – Evolução da população beneficiária e dos gastos com o Programa Bolsa Família



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDS 2015.

NOTA: Não foram encontrados dados para 2011.

2.2.2 O Programa *Chile Solidario*

No Chile, o programa *Chile Solidario*, criado em 2002, busca atuar sobre extrema pobreza a partir da combinação de dois elementos, sendo a família o elemento central da estratégia: (i) a instalação progressiva de um sistema de proteção social integral para famílias em situação de pobreza, e (ii) a atenção personalizada às mesmas, a fim de integrá-las às redes de serviços e programas sociais (CHILE SOLIDARIO, 2015). O *Chile Solidario* envolve, portanto, o acesso a vários programas destinados a apoiar as famílias nas diversas dimensões de sua qualidade de vida: saúde, educação, dinâmica familiar, habitação, trabalho e renda (RACZYNSKI, 2008). Dentre os programas que complementam o *Chile Solidario*, têm-se: o *programa Puente*, destinado às famílias em situação de extrema pobreza; o *programa Vínculos*, destinado aos adultos vulneráveis ou em idade avançada e às pessoas que vivem sozinhas; o *programa Calle*, cujo público-alvo é a população adulta que vive nas ruas; e o *programa Caminos*, que auxilia crianças órfãs, ou seja, cujos pais vieram a óbito (CHILE SOLIDARIO, 2015).

Dentre esses programas de assistência que compõem o PTC chileno mencionados anteriormente, a porta de entrada é o programa *Puente*, destinado ao

público em extrema pobreza. A elegibilidade ao programa é definida mediante coleta de várias dimensões socioeconômicas, tais como: condições de moradia, educação, inserção no mercado de trabalho e renda. Posteriormente, a partir das informações coletadas, o governo aplica um *critério de elegibilidade multidimensional*, em que as pessoas que atingem a pontuação equivalente a um indivíduo extremamente pobre são convidadas a ingressar no programa. Uma vez selecionadas, as famílias passam a receber visitas regulares de assistentes sociais que as auxiliam em várias questões importantes para seu bem-estar, por exemplo: orientação para registro de nascimento e de noções básicas de saúde e higiene, possibilidades de trabalho e emprego, e soluções para a violência doméstica (SOARES *et al.*, 2007). Ademais, configurada a elegibilidade ao programa *Puente*, as famílias passam a receber transferências monetárias do Estado: o Subsídio Único Familiar (SUF), destinado a pessoas menores de 18 anos; a Pensão Assistencial de Velhice (PASIS), destinado a pessoas idosas com mais de 65 anos; a Pensão Assistencial de Invalidez (PASIS), para as famílias em que exista pelo menos um membro com invalidez; e o Subsídio de Água Potável (SAP), que custeia 100% do consumo de água das famílias beneficiadas até o limite de 15m³/mês.

Em resumo, o direito ao benefício do PTC chileno é concedido aos indivíduos e às famílias de acordo com perfis de vulnerabilidade específicos, tais como: morar na rua; ter uma pessoa responsável pelo sustento da família sob custódia; pessoas vulneráveis que moram sozinhas (sobretudo idosos). Desta maneira, a base lógica que perpassa o funcionamento do programa *Chile Solidario* é a criação de uma rede de atenção que possa atender as vulnerabilidades específicas de cada grupo (CHILE SOLIDARIO, 2015).

Para que as famílias chilenas participem do *Chile Solidario*, é preciso que cumpram certas condicionalidades, semelhantemente ao observado no programa Bolsa Família: na área da saúde, é exigido que os beneficiados participem de programas de nutrição e acompanhamento da saúde das crianças e das mulheres, durante a gestação e amamentação; na área da educação, é exigido que crianças em idade escolar tenham 85% de frequência ao mês; por fim, é exigido também que os beneficiados pelo *Chile Solidario* estejam inscritos em outros seis programas que o compõem, cumprindo suas respectivas condicionalidades (NASCIMENTO; REIS, 2009)

Além disso, o PTC no Chile tem o objetivo fundamental de viabilizar que a família beneficiária possa gerar sua própria renda, superando sua situação de pobreza e vulnerabilidade mediante melhoria nas oportunidades econômicas. É importante mencionar que a permanência como beneficiário no programa ocorre em no máximo cinco anos. Nos primeiros dois anos os beneficiados recebem o *Bono Protección*, sendo que o valor do benefício decresce a cada seis meses. Nos três anos subsequentes, recebem o *Bono de Egreso* (BARRIENTOS, CRIANÇAS ZARAZÚA, & MAITROT, 2010).

Finalmente, em consonância com a maioria dos países que possuem PTC, o programa *Chile Solidario* também destina o benefício às mães ou mulheres chefes da família, pois acredita-se que elas distribuem o dinheiro de forma mais eficiente para aumentar o bem-estar da família (VARGAS, 2013).

Tendo em vista a exposição anterior sobre os programas Bolsa Família e *Chile Solidario*, fica claro que os mesmos possuem semelhanças, mas também algumas características distintas. Este estudo irá, portanto, verificar como os diferentes desenhos de política podem impactar de forma distinta (ou não) os indicadores educacionais da população-alvo dos programas. Não serão abordados indicadores de saúde nesse estudo, pois as evidências empíricas para a saúde são mistas, o que não permite uma conclusão clara sobre seu real impacto (SOARES, *et al.*, 2010).

3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou uma metodologia de revisão sistemática para uma síntese da literatura. A revisão sistemática serve, neste estudo, para identificar, analisar e sintetizar, de forma científica, as evidências quantitativas de estudos anteriores sobre o impacto dos PTC do Brasil e Chile sobre os indicadores educacionais. A revisão sistemática de literatura tem importância ao resumir grandes achados de pesquisa e gerar novos insumos para as políticas públicas.

A literatura que se dedica ao estudo do impacto dos PTC no Brasil e Chile é bastante ampla. Para que os gestores e formuladores de políticas estejam atualizados quanto às evidências de impacto destes programas, seria necessário que os mesmos localizassem os estudos relevantes, verificassem sua credibilidade e integrassem os resultados com achados de pesquisas anteriores. Isto tem se tornado cada vez mais difícil desde que as pesquisas e os estudos empíricos têm aumentado de forma considerável. Portanto, realizar uma síntese das evidências pode ainda se tornar mais complexa pelo fato dos estudos utilizarem diferentes desenhos de pesquisa, tipos de participantes, e diferentes medidas, produzindo resultados distintos. Diante deste impasse, a revisão sistemática do impacto dos PTC do Brasil e Chile sobre os resultados educacionais da população-alvo se pretende a documentar e analisar o impacto nos estudos. Desta maneira, esta monografia é relevante para sumarizar a literatura atual, orientando decisões de aprimoramento dos PTC na promoção de melhores indicadores de resultado escolar.

A revisão sistemática tem como objetivo apontar e sintetizar as pesquisas que abordam uma questão específica, por meio de um protocolo que define os objetivos centrais, os métodos e os conceitos *a priori*. Segundo Littell *et al.* (2008), o processo de desenvolvimento de uma revisão sistemática é fragmentado em várias fases paralelas aos de pesquisa primária. Estas incluem a formulação do problema, a amostragem, coleta de dados, análise de dados, interpretação e apresentação dos resultados. Desta maneira, para a realização deste estudo, em primeiro lugar utiliza-se o modelo conceitual desenvolvido nas seções anteriores que mostram como os PTC afetam os indicadores educacionais. Em seguida, derivam-se critérios de seleção dos estudos relevantes para o entendimento dos processos. Conforme explicitado

anteriormente, a pesquisa compreendeu estudos a partir da década de 2000, quando da criação desses programas.

Para a síntese de pesquisa o passo inicial consistiu da delimitação dos estudos a serem avaliados. Adotaram-se os critérios listados abaixo para a seleção dos artigos:

1. Estudos científicos devidamente publicados conforme a ordem de prioridade a seguir:
 - 1.1. Revistas nacionais e internacionais da área Economia, Demografia, Ciências Sociais ou Políticas Públicas, com sistema de avaliação por pares;
 - 1.2. Livros de referência;
 - 1.3. Artigos publicados em anais de congressos;
 - 1.4. Relatórios de avaliação dos governos;
 - 1.5. Teses de doutorado.
2. Estudos publicados a partir de 2000;
3. Estudos que discutissem a relação entre os PTC do Brasil e Chile sobre indicadores educacionais;
4. Preferencialmente, artigos cuja metodologia envolveu análise estatística ou econométrica de dados.

Para a busca dos estudos foi utilizado o Google Acadêmico. Exemplos de palavras-chave utilizadas foram: “*chile solidario impacto educacion*”, “*bolsa família impactos na educação*” e “*programas de transferência de renda na américa latina*”.

A partir dos resultados mais relevantes que atendessem aos critérios acima, selecionou-se uma amostra por conveniência de sete artigos para o Brasil e quatro artigos para o Chile. Selecionados os artigos para a revisão sistemática, procedeu-se com a leitura dos artigos e fichamento seguindo um roteiro estruturado, conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Roteiro estruturado para mapeamento dos estudos selecionados

TÍTULO DO ARTIGO

Autores
Ano de publicação
Resumo do artigo
Qual(is) o(s) país(es) abordados?
O artigo modela com instrumental econométrico/estatístico o efeito dos programas sobre os indicadores educacionais?
Qual o método utilizado para avaliar a relação acima?
Qual(is) o(s) indicador(res) educacional(is) avaliado(s)?
Quais os resultados das estimativas? Positivo, negativo, inconclusivo?
Comentários ou notas adicionais sobre o artigo.

A partir do mapeamento dos estudos, a síntese de pesquisa consistiu da sumarização das evidências e busca por padrões, de forma a identificar consensos/dissensos sobre o impacto dos PTC do Brasil e Chile sobre indicadores educacionais.

4 RESULTADOS

4.1 SÍNTESE DA LITERATURA PARA O BRASIL

No estudo do programa de transferência de renda brasileiro, os artigos selecionados para a revisão sistemática buscaram avaliar os impactos causados pelo Bolsa Família nos índices de frequência e evasão escolar, bem como índices de defasagem idade-série. Para tanto, foram analisadas as crianças entre 7 e 14 anos.

Ribeiro e Cacciamli (2012) e Gonçalves *et al.* (2013), abordaram o problema da defasagem idade-série, que é muito frequente em famílias consideradas pobres ou extremamente pobres. Os primeiros, se basearam em dados fornecidos pela PNAD de 2006 e para os testes empíricos utilizaram o método de pareamento do escore de propensão² para que fossem estudados os casos de crianças inseridas e não inseridas no Bolsa Família – em áreas urbanas e rurais. Os primeiros autores consideraram que se a criança cursar o primeiro ano escolar aos 7 anos estas deverão concluir integralmente o ensino fundamental aos 14 anos de idade. Os últimos buscaram analisar a defasagem idade-série ao longo do tempo. E, para isso, analisaram resultados anteriores e posteriores ao Bolsa Família, por meio de um estudo longitudinal de dados do Censo Escolar dos anos de 1995, 2002 e 2012.

Nestes estudos, os autores chegaram a conclusões distintas. Para Ribeiro e Cacciamali, os impactos do PTC na redução da defasagem escolar e no aumento da frequência escolar não tiveram resultados significantes. Enquanto isso, para Gonçalves *et al.*, o Bolsa Família impactou positivamente, reduzindo os índices de defasagem escolar e estreitando a diferença entre as escolas particulares e públicas, no que diz respeito ao atraso escolar dos alunos.

Além disso, Ribeiro e Cacciamali (2012) e outros autores fizeram análises dos impactos do Bolsa família quanto a frequência e evasão escolar das crianças pertencentes ao programa, sendo eles: Cedeplar e MDS (2007), Romero e Oliveira (2009), Carvalho e Fontes (2012), Amaral e Monteiro (2013) e Amaral *et al.*, (2014).

² Conforme Murnane e Willet (2010), encontramos-nos em uma situação em que não dispomos de um desenho experimental, mas temos observações em dois grupos (tratamento e controle), e queremos saber o efeito de uma intervenção. Contudo, na ausência do experimento aleatório, o efeito estará contaminado por vieses de seleção. O uso do pareamento via escore de propensão (PSM) é uma abordagem alternativa para resolver o viés de seleção mediante um "ótimo" de todas as covariáveis observadas que acreditamos descrever o processo de seleção.

O artigo de Romero e Oliveira (2009) utiliza um modelo de regressão descontínua, pois, os beneficiários do Bolsa família eram classificados como pobres ou extremamente pobres conforme a renda mensal da família – até R\$ 50 e até R\$ 100 à época – e esta classificação acaba por separar os dois tipos de família, gerando uma descontinuidade que permite a inferência causal.

Amaral e Monteiro (2013), optaram por investigar o percentual de crianças que abandonaram a escola mesmo recebendo o Bolsa Família, e aplicaram testes de proporções a fim de avaliar se esse percentual da variável de evasão escolar apresentou diferenças estatisticamente significativas entre as crianças que fazem parte do programa e as que não fazem. Então, foram estimados modelos logísticos multivariados do impacto das variáveis independentes sobre a evasão escolar das crianças.

Amaral *et al.*, (2014), fizeram análises descritivas e de modelos de regressão de diferentes faixas de renda mensal de famílias pertencentes e não pertencentes ao Bolsa Família a partir de dados do Censo de 2010, coletados pelo IBGE.

Os três artigos acima mencionados tiveram conclusões positivas quanto ao impacto do programa Bolsa Família na redução da evasão escolar e no aumento da frequência escolar das crianças entre 7 e 14 anos:

Em relação à evasão ou abandono escolar entre 2004 e 2005, observa-se que, aproximadamente 2% das crianças de 7 a 14 anos abandonaram a escola em 2005. Entre os grupos de comparação, o grupo de beneficiários do BF apresentou o menor percentual de abandono, 1,05% para os alocados segundo a pesquisa de campo AIBF e 1,22% para os alocados com o CadÚnico. No que diz respeito à evasão segundo o sexo da criança, 1,35% dos meninos e 1,85% das meninas evadiram a escola em 2005 no Brasil (ROMERO; OLIVEIRA, p.12, 2005)

Carvalho e Fontes (2012), analisaram os impactos do programa no estado e Minas Gerais, através de dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG) de 2009 e, assim como Ribeiro e Cacciamali, utilizaram o método de pareamento do escore de propensão. Ambos os autores consideraram que os índices de frequência e evasão escolar não tiveram alterações significativas após a criação do Bolsa Família.

O sumário executivo do Cedeplar e MDS (2007), buscou analisar o impacto do programa sobre a frequência escolar e evasão. Para tanto, realizou uma pesquisa de linha de base domiciliar, de caráter observacional, denominada Pesquisa Linha de

Base Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) e, assim como os autores anteriores, utilizou o método de pareamento do escore de propensão. Este estudo evidenciou que o programa Bolsa Família causa impactos negativos na frequência escolar, pois outros programas, anteriores ao Bolsa Família, também exigem frequência escolar e podem estar apresentando um efeito de duração mais longo. Porém, o programa teve resultados positivos frente aos impactos na evasão escolar, pois foi constatado que houve redução da evasão após a criação do Bolsa Família.

QUADRO 2 - Características dos artigos utilizados para a coleta de dados nos estudos do programa Bolsa Família.

Autores	Ano de publicação	Resumo do artigo	Qual(is) o(s) país(es) abordados?	Método utilizado para avaliar o efeito dos programas sobre indicadores educacionais	Indicador(es) educacional(is) avaliado(s)	Resultados das estimativas
Gonçalves et al.	2013	O objetivo do artigo é identificar o quadro brasileiro ao longo do tempo, quanto aos indicadores escolares, principalmente após a implementação do Programa Bolsa Família.	Brasil	Análise com dados de corte transversal da base de dados do Censo Escolar, dos anos de 1995, 2002 e 2012 para mensurar a taxa de defasagem idade-série das escolas, estimando modelos de mínimos quadrados ordinários com efeitos fixos por município.	Defasagem Idade-Série	Positivo
Cedeplar e MDS	2007	Análise dos diferenciais entre os grupos de comparação sobre indicadores individuais de educação das crianças entre 7 e 14 anos de idade.	Brasil	Não foram feitos testes empíricos	Frequência e Evasão escolar	Negativo
Romero e Oliveira	2009	O artigo analisa a relação entre o Programa Bolsa Família e indicadores educacionais das crianças de 7 a 14 anos.	Brasil	Regressão Descontínua	Frequência e Evasão escolar	Positivo
Ribeiro e Cacciamali	2012	O artigo investiga os impactos do programa Bolsa-Família sobre indicadores educacionais	Brasil	Testes de diferenças de médias utilizando dados da PNAD	Frequência Escolar e Defasagem Idade-série	Neutro
Carvalho e Fontes	2012	Análise do impacto do recebimento do Bolsa Família sobre o desempenho escolar das crianças de 7 a 14 anos em Minas Gerais.	MG-BRASIL	Pareamento do Escore de Propensão, comparando resultados do método da estratificação e do vizinho mais próximo, utilizando dados da PAD	Frequência e Evasão escolar	Neutro
Amaral e Monteiro	2013	Análise de indicadores educacionais, por meio dos efeitos de variáveis referentes ao domicílio, à mãe e à criança, além da variável que indica se a criança reside em domicílio que recebeu benefícios do Bolsa Família.	Brasil	Testes de proporções e estimativas de modelos logísticos para uma análise multivariada dos impactos	Evasão Escolar	Positivo

Amaral et al.	2014	Análise dos impactos do Bolsa família nos indicadores escolares de crianças residentes em domicílio beneficiados pelo PTC brasileiro	Brasil	Análises descritivas e de modelos de regressão foram realizadas para diferentes limites de renda domiciliar per capita, utilizando micro dados do IBGE	Frequência Escolar	Positivo
---------------	------	--	--------	--	--------------------	----------

FONTE: Elaboração própria

4.2 SÍNTESE DA LITERATURA PARA CHILE

Não há muitos estudos empíricos que avaliem os resultados do impacto na educação para o PTC chileno (apenas quatro artigos foram selecionados por cumprirem os critérios estabelecidos). Porém, os resultados analisados são inconclusivos quanto à evolução da escolaridade das crianças chilenas em situação de extrema pobreza.

O primeiro estudo avaliado foi de Galasso (2006), para o período entre 2003 e 2004, que consistiu da análise dos dois primeiros anos do *Chile Solidario*, com o objetivo de verificar os impactos do programa na taxa de matrícula das crianças beneficiárias, através de vários métodos empíricos. O autor primeiramente localizou as famílias cujas pontuações da ficha CAS (instrumento para identificação dos potenciais beneficiários³) eram compatíveis com o nível de pobreza que considera as famílias elegíveis para participar do PTC. Então, o programa foi repartido geograficamente e de forma proporcional a todas as áreas onde residem essas famílias. Galasso destaca, ainda, que o nível de pobreza determinado pela ficha CAS não é o mesmo para todas as regiões do país. A fim de assegurar uma ampla cobertura geográfica do programa, uma decisão foi tomada para permitir que os níveis variassem entre municípios e regiões, com o objetivo de refletir diferenças nas taxas de pobreza em diferentes áreas geográficas. Para tanto, as famílias de cada um dos municípios avaliados são convidadas a participar do programa, porém este convite é feito segundo ordenamento crescente na distribuição da pontuação das famílias na ficha CAS.

³ Ficha CAS é um instrumento de estratificação socioeconômica que se aplica em todos os municípios e é utilizados para identificar, priorizar e selecionar potenciais beneficiários dos programas sociais, principalmente as transferências monetárias diretas para a população. A informação no cartão CAS é usada para calcular um resultado socioeconômico. Sua validade é de dois anos, e após este período as informações devem ser atualizadas.

Galasso concluiu neste estudo que o PTC chileno causou impactos positivos na educação das crianças em idade pré-escolar, ao notar que tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas, após a criação do programa *Chile Solidario*, houve um aumento de até 6 pontos percentuais na taxa de matrícula de crianças em pré-escolas. Neste mesmo sentido, houve melhora também do número de crianças entre 6 e 15 anos matriculadas em escolas, em que a diferença na matrícula entre crianças beneficiárias e não-beneficiárias chega a 9%. O autor atribui esse resultado às visitas psicossociais que enfatizam às famílias a importância da frequência das crianças à escola para o desenvolvimento comportamental e do capital humano.

Posteriormente, o estudo de Galasso e Carneiro (2007) utiliza o painel de dados da *Caracterización Socioeconómica Nacional* (Casen), referente aos períodos de 2003, 2004, 2006 e 2007 para a análise dos impactos do programa *Chile Solidario* no que diz respeito à frequência escolar das crianças que recebem o benefício do programa. Este estudo mostra que o PTC chileno teve impactos positivos apenas no período de 2004, quando a frequência escolar aumentou em dez pontos percentuais. Já nos períodos de 2003, 2006 e 2007 o programa não causou impactos significativos. Por outro lado, o estudo de Galasso, evidenciou uma participação significativa dos adultos em programas de alfabetização, bem como a conclusão dos estudos pelos mesmos, o que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na educação deste grupo etário.

Henoch e Troncoso (2013) utilizaram o método de pareamento do escore de propensão para definir o grupo de tratados e o grupo de controle e analisar os impactos do programa *Chile Solidario* na frequência escolar das crianças que pertencem a famílias que recebem o benefício. E, assim como no estudo de Galasso e Carneiro (2007), os resultados obtidos foram neutros para as crianças, o que mostra que o PTC chileno não causa mudanças significativas no comportamento das famílias que recebem o benefício. O autor relata que essa neutralidade já era algo esperado, pois o *Subsidio Único Familiar*, outro programa sócio econômico chileno, já exigia frequência escolar das crianças chilenas.

Martorano e Sanfilippo (2012), realizaram um estudo para um período entre 2001 e 2006 através de estimadores de diferença-em-diferenças⁴ (DD) para avaliar o impacto do PTC chileno sobre a taxa de matrícula das crianças beneficiárias. Para isso, o autor separou as famílias que tinham potencial beneficiário das que não tinham por meio do pareamento do escore de propensão. E depois, separou-as em grupo de controle e grupo de tratamento. Então, foi evidenciado que há uma grande diferença na taxa de matrícula entre esses dois grupos. Mas, quando analisado crianças entre 15 e 18 anos e crianças em idade pre escolar, essa diferença não é tão significativa, pois, segundo o *Ministerio de Planificación y Cooperación* (Mideplan), as famílias consideram crianças em idade pre escolar muito novas para frequentar escolas e, portanto, preferem deixá-las em casa sob cuidados dos pais. Este resultado contrasta com o estudo de Galasso (2006), quando ele mostra que houve um aumento da matrícula escolar de crianças na pré-escola em 2003 e 2004.

QUADRO 3 - Características dos artigos utilizados para a coleta de dados nos estudos do programa *Chile Solidario*.

Autores	Ano de publicação	Resumo do artigo	Qual(is) o(s) país(es) abordados?	Método utilizado para avaliar o efeito dos programas sobre indicadores educacionais	Indicador(res) educacional(is) avaliado(s)	Resultados das estimativas
Galasso	2006	Análise dos impactos do PTC chileno nos indicadores educacionais para o período entre 2003 e 2004	Chile	Cálculo de estimadores DD	Matrícula pré-escolar e Frequência Escolar	Positivo / Neutro
Henoch e Troncoso	2013	Análise dos impactos do PTC chileno nos indicadores educacionais.	Chile	Pareamento de escore de propensão	Frequência Escolar	Neutro
Martorano e Sanfilippo	2012	Análise dos impactos do PTC chileno nos indicadores educacionais para o período entre 2001 e 2006	Chile	Cálculo de estimadores DD e Pareamento do escore de propensão	Taxa de matrícula	Positivo
Galasso e Carneiro	2007	Análise dos impactos do PTC chileno quanto aos indicadores educacionais para os anos de 2003, 2004, 2006 e 2007	Brasil, Chile e Colômbia	Não foram feitos testes empíricos	Frequência Escolar	Positivo / Neutro

FONTE: Elaboração própria

⁴ De forma intuitiva, os métodos de diferenças-em-diferenças consistem da comparação entre resultados de um grupo de tratamento e de um grupo comparação (1ª diferença), antes e depois do programa (2ª diferença).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância deste trabalho consistiu em analisar o efeito dos programas de transferência de renda condicionada no Brasil e no Chile por meio de uma revisão sistemática da literatura. Para a realização deste estudo, em primeiro lugar foi utilizado o modelo conceitual desenvolvido nas seções anteriores que mostram como os PTC afetam os indicadores educacionais. Em seguida, foram selecionados diversos estudos, para ambos os países, que fossem relevantes para o entendimento dos processos. Como tanto o Bolsa Família quanto o *Chile Solidario* foram criados na década de 2000, a pesquisa compreendeu estudos a partir deste período.

O PTC brasileiro foi criado em 2003, a fim de melhorar a situação de famílias em situação de pobreza, a partir de uma fusão de outros programas de assistência a famílias de baixa renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação. O Bolsa Família adota apenas a renda das famílias como critério de elegibilidade para participação do PTC e, além disso, não estipula um tempo máximo que as famílias poderão receber o benefício. A única exigência imposta é o cumprimento das condicionalidades: frequência escolar mínima de 85%, das crianças com idade entre 7 e 14 anos, e de 75% de adolescentes entre 15 e 17 anos; realização de pré-natal e acompanhamento da saúde da mãe e do bebê (na presença de gestante); e o cumprimento do calendário de vacinação para as crianças com até 7 anos de idade.

Os resultados obtidos para o programa Bolsa Família, quanto ao aumento da frequência escolar, redução da defasagem idade-série e da evasão escolar, de uma forma geral apontaram diferenciais favoráveis para os beneficiários do Bolsa Família quando comparados à pessoas em mesmas condições socioeconômicas que não recebiam o benefício. Tais resultados foram evidenciados nos estudos dos seguintes autores: Gonçalves *et al.* (2013), Romero e Oliveira (2009), Amaral e Monteiro (2013) e Amaral *et al.* (2014). Estas evidências podem ser interpretadas como uma consequência das condicionalidades impostas pelo programa, nas quais uma das principais é a matrícula e frequência escolar das crianças. Por outro lado, outros dois artigos utilizados nesta revisão sistemática, evidenciaram impactos neutro, Ribeiro e Cacciamali (2012) e Carvalho e Fontes (2012), e negativo, Cedeplar e MDS (2007).

Diferente do Bolsa Família, o PTC chileno, criado em 2002, busca melhorar somente a situação de famílias em situação de extrema pobreza. Para isso, o programa *Chile Solidario*, conta com outros programas que o compõem e, dentre esses, o principal é o Programa *Puente*. Pois, esta é a porta de entrada para que as famílias extremamente pobres possam fazer parte do PTC no Chile. Enquanto o Bolsa Família utiliza apenas a renda familiar como critério de elegibilidade ao PTC, o *Chile Solidario*, utiliza uma análise multidimensional, que aborda seis dimensões de qualidade de vida: saúde, educação, dinâmica familiar, habitação, trabalho e renda. Além disso, os beneficiários têm direito de participar do programa por um período máximo de 5 anos, uma vez que a partir daí as famílias terão superado a extrema pobreza a partir dos auxílios oferecidos pelo programa. Mas, assim como o PTC brasileiro, o *Chile Solidario*, impõem condicionalidades que os beneficiários devem atender para participar do programa, como: participação de programas de nutrição e acompanhamento da saúde das crianças e das mulheres, durante a gestação e amamentação; frequência escolar mensal de 85% das crianças e adolescentes em idade escolar; e todos os beneficiários do programa devem estar inscritos nos outros programas que compõem o *Chile Solidario*, cumprindo suas respectivas condicionalidades.

QUADRO 4 – Comparação entre os PTC brasileiro e chileno

		BOLSA FAMÍLIA - 2003		CHILE SOLIDARIO - 2002
		Extremamente Pobres	Pobres	Extremamente Pobres
Critérios de Elegibilidade		Renda < R\$ 77	R\$ 77,01 < renda > 154,01	Varia de acordo com a vulnerabilidade: •Condições de moradia •Educação •Inserção no mercado de trabalho •Renda
Tempo de Benefício		Indeterminado		5 anos •Primeiros 2 anos: <i>Bono Protección</i> (decrece a cada 6 meses) •Próximos 3 anos: <i>Bono de Egreso</i>
Condicionalidades	Saúde	• Pré-natal • Cumprimento de calendário de vacinação para crianças de até 7 anos		•Programas de nutrição •Crianças e mulheres devem ter frequência à sistemas de saúde regulares durante gestação e amamentação
	Educação	•Entre 6 e 14 anos à 85% da frequência mensal •Entre 15 e 17 anos à 75% da frequência mensal		•Crianças em idade escolar devem cumprir no mínimo 85% da frequência mensal
	Outros	-		•Todos os beneficiários deverão estar inscritos nos demais programas que compõem o <i>Chile Solidário</i> e cumprindo suas condicionalidades
Tanto no Bolsa Família quanto no <i>Chile Solidario</i> , o benefício é destinado, de preferência, à mãe ou mulher chefe da família.				

Os estudos sobre impactos sobre indicadores educacionais para o PTC chileno ainda são poucos e, portanto para este trabalho foram selecionados apenas quatro artigos, nos quais são avaliados frequência e matrícula escolar. E, ao contrário dos resultados obtidos para o Bolsa Família, os resultados obtidos do *Chile Solidario*, quanto aos impactos nos indicadores educacionais mostraram-se inconclusivos. Dentre os quatro artigos selecionados, apenas um tem evidências claras: Martorano e Sanfilippo (2012), que encontraram resultados positivos para a taxa de matrícula escolar das crianças residentes em famílias beneficiárias. Os outros três artigos não chegaram à evidências claras a respeito da frequência e matrícula escolar.

Considerando os resultados apresentados nessa revisão sistemática, é possível perceber que, de fato, o programa Bolsa Família traz resultados importantes ao longo do tempo às famílias beneficiárias. Pois, diante das condicionalidades impostas pelo programa, as famílias tendem a dar maior importância à escolaridade e saúde das crianças e estas passam a ter melhores condições sociais no futuro. Por outro lado, estas podem acabar dependentes desse benefício uma vez que este é por tempo indeterminado, diferente do programa *Chile Solidario*.

Como há poucos trabalhos que evidenciam impactos do *Chile Solidario* sobre a educação, seria interessante realizar uma revisão sistemática que compare os resultados de outros indicadores abordados em comum nas condicionalidades, como por exemplo, redução do trabalho infantil, dos PTC no Brasil e no Chile.

Outro fator que pode explicar a evidência fraca de impacto dos programas sobre os resultados educacionais referem-se a problemas de demanda por educação. Por exemplo, Banerjee e Duflo (2012) argumentam que problemas de demanda por educação por parte dos pais (em decorrência de miopia, viés pelo presente e conflito de interesses) podem fazer com que os mesmos não enviem suas crianças para a escola. Nesse sentido, além das condicionalidades, campanhas que atuem junto aos pais podem ser decisivas para o sucesso desse programa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; GONÇALVES, Guilherme Quaresma e FAUSTINO, Samantha Haussmann Rodarte. **Aplicações De Técnicas Avançadas De Avaliação De Políticas Públicas**. Editora Fino Traço, 2014.

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; MONTEIRO, Vinicius do Prado. Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). Dados Revista de Ciências Sociais – UERJ, 2013. **ISSN (Eletrônico) 0011-5258**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 07/10/2015

*Atlas Economic Research Foundation, Estados Unidos. **Desarrollo Económico y Pobreza en América Latina: El rol de los Planes Sociales**. Asociación de Iberoamericanos por la Libertad (AIL), Madrid, 2012.*

BANERJEE, Abhijit e DUFLO, Esther. Cap. 4. Top of the Class - The Curse of Expectations. **Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty**. Reprint edition ed., 2012. New York: PublicAffairs.

BARRIENTOS, A.; NIÑO-ZARAZÚA, M.; Maitrot, M. **Social Assistance in Developing Countries Database**. Manchester: Brooks World Poverty Institute, 2010.

CARVALHO, Regiane Lucinda de e FONTES, Márcia Barroso. **Avaliação do impacto do Programa Bolsa Família sobre indicadores de escolaridade em Minas Gerais**. XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/KzqTtF>>. Acesso em: 05/10/2015

CEDEPLAR/UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sumário Executivo: Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Pesquisas/PESQUISA_SEGURANCAALIMENTAR.pdf>. Acesso em: 05/10/2015

Centro Internacional de Pobreza. Brasília: **Todas as Transferências de Renda Diminuem a Desigualdade?**. Disponível em <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager36.pdf>>. Acesso em: 27/09/2015.

Chile Solidario. Chile: **¿Qué es Chile Solidario?**. Disponível em <<http://www.chilesolidario.gob.cl/sist/sist1.php>>. Acesso em: 27/09/2015.

FISZBEIN *et al.*, 2009. **Os Fundamentos Econômicos para os Programas de Transferência de Renda.**

GALASSO, Emanuela e CARNEIRO, Pedro. **Conclusiones de la evaluación de Chile Solidario**
<http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/btca/txtcompleto/evaluacChileSol-conclusion_b.mundial.pdf> . Acesso em: 17/11/2015.

GALASSO, Emanuela. **“With their effort and one opportunity”: Alleviating extreme poverty in Chile** <<http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubS-001.pdf>>. Acesso em: 15/11/2015.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; FAUSTINO, Samantha Haussmann Rodarte e COSTA, Fábio César Araújo. Políticas de Transferências condicionadas à renda e a taxa de defasagem idade-série: uma análise do Censo Escolar. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 4, n. 1-2, 2013. ISSN 2236-451X. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/politica/article/view/33659>>. Acesso em: 05/10/2015.

HAILU, Degol e SOARES, Fábio Veras. **Cash Transfers in Africa and Latin America: An Overview**. International Poverty Centre, 2008

IPEA. Brasília: **Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México: Impactos Sobre a Desigualdade**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1293.pdf>. Acesso em: 05/10/2015.

JANVRY, Alain e SADOULET, Elisabeth, 2005. **Conditional Cash Transfer Programs for Child Human Capital Development: Lessons Derived from Experience in Mexico and Brazil**. Trabalho apresentado na GRADE 25th Anniversary Conference: Investigación, Políticas y Desarrollo. Lima, Peru, 15-17 de novembro

LIMA, Ernesto Friedrich de e MONTEIRO, Vinícius do Prado. Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). Dados Revista de Ciências Sociais – UERJ, 2013. **ISSN (Impresso) 0011-5258 – ISSN (Eletrônico) 1678-4588**. Disponível em: <<http://goo.gl/n1qDWG>>. Acesso em: 05/10/2015

LITTELL, Julia H., CORCORAN, Jacqueline, e PILLAI, Vijayan. **Systematic Reviews and Meta-Analysis**. Pocket Guides to Social Work Research Methods, 2008

MDS. Brasília: **Matriz de Informação Social**. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em: 14/10/2015.

MURNANE, R. J.; WILLETT, J. B. Cap. 12. **Dealing with Selection Bias in Nonexperimental Data. Methods Matter: Improving Causal Inference in Educational and Social Science Research**. New York: Oxford University Press, 2010.

NASCIMENTO, Aline F do N.; REIS, Carlos Nelson dos. Os Programas de Transferência de Renda na América Latina: Panorama de Experiências em Desenvolvimento. EUMED. NET – Enciclopédia Virtual – *Universidad de Málaga*, Espanha, **ISSN (Eletrônico) 1988-2483**. Disponível em <<http://www.eumed.net/rev/oidles/10/nmnr.pdf>>. Acesso em: 27/09/2015.

NASCIMENTO, Aline F. do N.; REIS, Carlos Nelson dos. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: Especificidades de uma Realidade que se Mantém. Revista de Políticas Públicas – UFMA, São Luís, **ISSN (Impresso) 0104-8740 - ISSN (Eletrônico) 2178-2865**. Disponível em: <http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=205>. Acesso em: 05/10/2015.

O Brasil Que Conquistamos. Brasília: **Programa Bolsa Família**. Disponível em <<http://obrasilqueconquistamos.com.br/programa-bolsa-familia/>>. Acesso em: 05/10/2015.

RIBEIRO, Rosana e CACCIAMALI, Maria Cristina. Impactos do Programa Bolsa-Família Sobre os Indicadores Educacionais. Revista Economia, Brasília, **ISSN (Eletrônico) 1517-7580**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n2p415_446.pdf>. Acesso em: 05/10/2015.

ROMERO, Julio Alfredo Racchumi e HERMETO, Ana Maria. Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família sobre Indicadores Educacionais: Uma Abordagem de Regressão Descontínua. Revista Economia, Brasília, **ISSN (Eletrônico) 1517-7580**. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp785_813.pdf>. Acesso em: 05/10/2015.

SAAVEDRA, Juan Esteban, and GARCIA, Sandra. **Working Paper: Impacts of Conditional Cash Transfer Programs on Educational Outcomes in Developing Countries**. RAND Labor Population, 2012. Disponível em: < http://www.prqs.edu/content/dam/rand/pubs/working_papers/2012/RAND_WR921-1.pdf>. Acesso em: 05/10/2015.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez e OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *EVALUATING THE IMPACT OF BRAZIL'S BOLSA FAMÍLIA Cash Transfer Programs in Comparative Perspective*. IPC evaluation note, Brasília: 2007. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCEvaluationNote1.pdf>>. Acesso em: 05/10/2015.

STEIN, Rosa Helena. **Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade**. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al. (Orgs). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 196-219

VARGAS, Luis Hermán F.. *Chile Solidário Pasado Y Futuro de La Via Chilena a La Proteccion Social (2003-2011)*. Revista CIS, Chile, **ISSN (Eletrônico) 0718-5561**. Disponível em <<http://issuu.com/revistacis/docs/cis14/25>>. Acesso em: 05/10/2015.

Verdade Masculina. Brasília: **O Livro “Vozes do Bolsa Família”**. Disponível em <<http://verdademasculina.com.br/2013/10/14/o-livro-vozes-do-bolsa-familia/>>. Acesso em: 05/10/2015.